

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Nova presidente do STF cobra reforma do Poder Judiciário

Cidadão comum 'não há de estar satisfeito', diz Cármen Lúcia, segunda mulher a assumir o comando da corte

A ministra Cármen Lúcia, 62, assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal e disse que o cidadão comum "não há de estar satisfeito" com o Poder que ela vai presidir por dois anos.

"Para que o Judiciário nacional atenda como há de atender à legítima expectativa do brasileiro, não basta mais uma vez reformá-lo. Faz-se urgente transformá-lo", afirmou Cármen Lúcia.

Ela é a segunda mulher a ocupar o comando da corte.

A primeira foi Ellen Gracie, entre 2006 e 2008. Para a nova presidente do STF, o país atravessa tempos de "águas em revolta" e é necessário fazer uma travessia.

Na plateia de sua posse estavam autoridades como o presidente Michel Temer, os ex-presidentes José Sarney e Lula, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Temer e Lula não se cumprimentaram no evento.

Decano da corte, o ministro Celso de Mello fez discurso duro contra a corrupção.

Ele classificou pessoas desonestas como "marginais da República", que "têm o efeito deletério de subverter a dignidade da função política e da própria atividade governamental". O magistrado disse ainda que o Judiciário não pode perder a confiança do povo. †



Ministra Cármen Lúcia, em cerimônia de posse no Supremo

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Em posse no STF, Cármem Lúcia pede nova Justiça

Cidadão comum 'não há de estar satisfeito'
com o Judiciário, diz ministra

Evento reúne rivais políticos e é marcado por discursos sobre a Operação Lava Jato e combate à corrupção

GABRIEL MASCARENHAS -
MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

A ministra Cármem Lúcia, 62, assumiu a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta segunda-feira (12) com o discurso de que a atuação do Judiciário ainda está aquém das necessidades da população.

Segunda mulher a ocupar o comando da Suprema Corte — a primeira foi Ellen Gracie, entre 2006 e 2008 — Cármem Lúcia disse que o país atravessa tempos de “águas em revolto” e que o cidadão comum “não há de estar satisfeito” com o Poder que ela irá presidir por dois anos em substituição ao ministro Ricardo Lewandowski.

“E há de se reconhecer que o cidadão não há de estar satisfeito, hoje, com o Poder Judiciário. O juiz também não está. Para que o Judiciário nacional atenda como há de atender à legítima expectativa do brasileiro, não basta mais uma vez reformá-lo. Faz-se urgente transformá-lo”, afirmou Cármem Lúcia.

Segundo ela, os conflitos se multiplicam e é necessário se fazer a travessia para tempos mais pacificados.

Na plateia, estavam autoridades de diferentes posições políticas, além de advogados de grandes escritórios.

Compareceram o presidente Michel Temer, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), além dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG), José Agripino Maia (DEM-RN), e Eunício Oliveira (PMDB-CE), entre outros.

A pedido da nova presidente, Caetano Veloso cantou o hino nacional, no início da cerimônia de posse. Sentado num banco, com violão no colo, a apresentação do artista baiano silenciou o plenário.

Ao discursar, Cármem Lúcia disse que o protocolo orienta começar os cumprimentos “pela mais elevada autoridade presente”. “Início, pois, meus cumprimentos, dirigindo-me ao cidadão brasileiro”, disse.

“Talvez, estejamos vivendo tempos mais difíceis do que as experiências históricas anteriores. Talvez porque cada geração tem a ilusão e a soberba de achar que o seu é mais difícil porque é o seu. É certo que se modificaram os

paradigmas adotados, exauriram-se os modelos estatais antes aproveitados”, disse.

“Estamos promovendo mudanças, e é preciso que elas continuem e cada vez com mais pressa, diminuindo o tempo de duração dos processos, sem perda das garantias do devido processo legal, com amplo direito de defesa e garantia do contraditório. Mas com processos que tenham começo, meio e fim e não se eternizem em prateleiras emboloradas”.

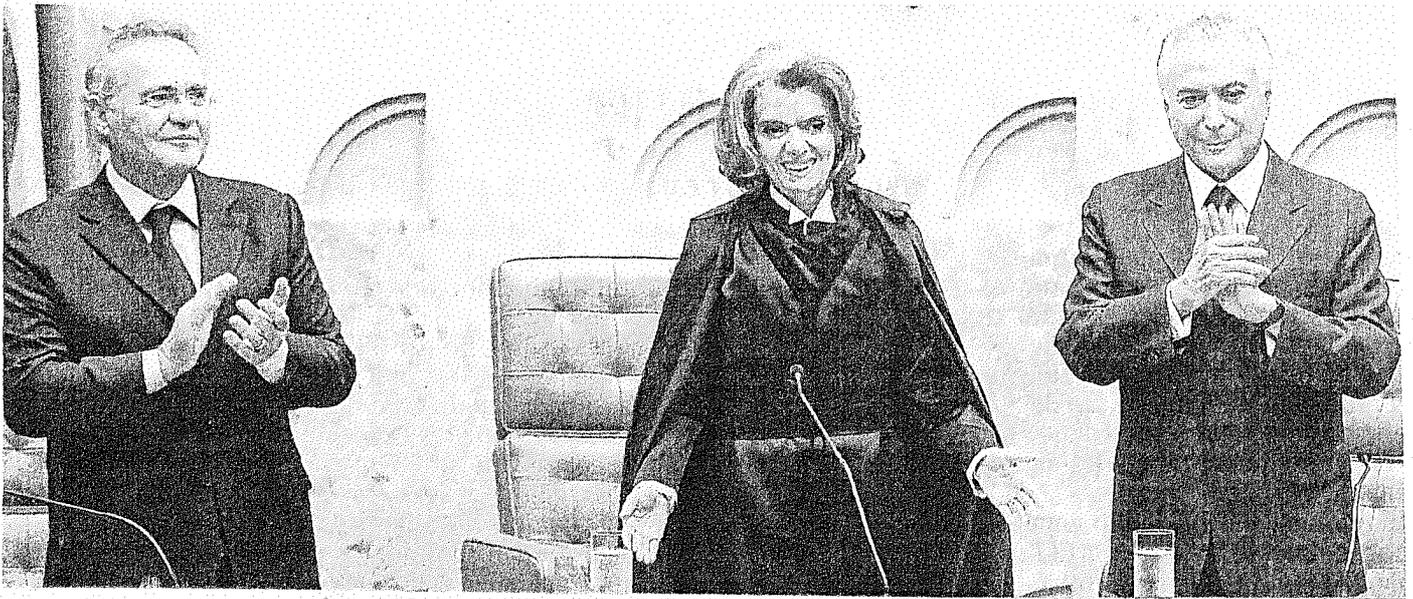
Discursaram o decano do STF, Celso de Mello, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que falou sobre Lava Jato, e o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Claudio Lamachia.

CONTINUA

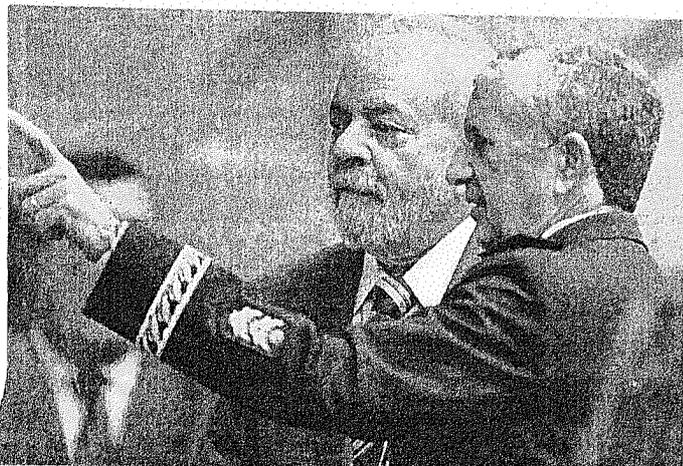
13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



A presidente do STF, Cármen Lúcia, ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros (à esq.), e do presidente Michel Temer



O ex-presidente Lula, durante a cerimônia no Supremo



A ministra com seu antecessor, Ricardo Lewandowski

CONTINUA

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Decano da corte, Mello ataca 'marginais da República'

A posse de Cármen Lucia como presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) foi marcada por um discurso duro do decano da corte, o ministro Celso de Mello, em defesa do combate à corrupção.

A fala ocorreu diante da presença de políticos investigados pela Lava Jato, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e os ex-presidentes da República Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney.

Mello classificou pessoas "desonestas" como "marginais da República", que "têm o efeito deletério de subverter a dignidade da função política e da própria atividade governamental".

"O fato indiscutível é que se impõe repelir qualquer tentativa de captura das instituições do Estado por organizações criminosas constituídas para dominar os mecanismos de ação governamental, em detrimento do interesse público e em favor de pretensões inconfessáveis", declarou Mello.

O ministro então continuou: "Mostra-se intolerável [...], em face da ação predatória desses verdadeiros profanadores dos valores republicanos, transigir em torno de princípios fundamentais que repudiam práticas desonestas de poder, pois elas deformam o sentido democrático das instituições e conspurcam a exigência de probidade inerente a um regime de governo e a uma sociedade que não admitem nem podem

permitir a convivência, na intimidade do poder, com os marginais da República".

Segundo Celso de Mello, "o Poder Judiciário não pode perder a gravíssima condição de fiel depositário da permanente confiança do povo brasileiro".

"O dever de probidade e de comportamento honesto e transparente configura obrigação cuja observância impõe-se a todos os cidadãos desta República que não tolera o poder que corrompe nem admite o poder que se deixa corromper", afirmou.

Ao elogiar a nova presidente do STF, o decano destacou a importância de as mulheres ganharem cada vez mais espaço em cargos de alta importância da república. (GABRIEL MASCARENHAS, MARIANA HAUBERT E VALDO CRUZ)

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 SET 2016

Temer e Lula evitam contato na cerimônia

GABRIEL MASCARENHAS

MARIANA HAUBERT

DE BRASÍLIA

Adversários políticos, o presidente Michel Temer (PMDB) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) evitaram contatos na cerimônia de posse da ministra Cármen Lúcia como presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) nesta segunda-feira (12).

Apesar de estarem no mesmo ambiente, os dois não se cumprimentaram, conforme a **Folha** apurou.

De acordo com autoridades ouvidas pela reportagem que também estavam no local, Temer e Lula ficaram um curto período numa mesma sala.

Quando soube que Lula também iria à cerimônia, a equipe de Temer chegou a ficar preocupada com o constrangimento que poderia haver entre os dois. Como não havia o que fazer, a solução foi evitar um contato direto.

Lula foi questionado se cumprimentou o peemedebista e se estaria disposto a se reunir com ele.

Sem citar o nome de Michel Temer, o petista disse que não vê problema em fazê-lo, mas que, neste momento, não há necessidade disso.

“Acho que, primeiro, precisamos arrumar as coisas dentro do PT. Não tenho dúvida de que vai ter que reaprender a fazer oposição”, opinou.

Lula disse, ainda, que o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff ensinou que “falta muito para consolidar o processo democrático”.

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Recado dado no STF

Poucas vezes a posse de um presidente do Supremo Tribunal Federal se revestiu de tanto simbolismo quanto a de Cármen Lúcia, cuja chegada ao comando do órgão de cúpula do Judiciário se consumou nesta segunda-feira (12).

Em uma cerimônia simples, a ministra quebrou o protocolo já no início de seu discurso. Em vez de cumprimentar primeiro o presidente da República, Michel Temer (PMDB), Cármen Lúcia considerou que a maior autoridade presente era “Sua Excelência, o povo” —e, por isso, saudou antes de todos o “cidadão brasileiro”.

Partisse de outrem, o gesto talvez pudesse ser considerado mero populismo; vindo da nova presidente do STF, guarda coerência com outras iniciativas de valor simbólico semelhante, como abrir mão de carro oficial com motorista ou dispensar a festa em sua própria posse.

Como se pudesse haver dúvidas a respeito disso, Cármen Lúcia deixa clara a intenção de, no próximo biênio, conduzir o STF com a mesma austeridade que pauta sua conduta pessoal. “Privilégios são incompatíveis com a República”, disse a esta **Folha** no ano passado.

É de imaginar, assim, que a nova presidente de fato reveja uma das principais bandeiras da agenda corporativista de seu antecessor, Ricardo Lewandowski: o in-

defensável aumento salarial para os ministros do Supremo.

Não há de ser esse o único contraste entre as gestões. Espera-se que Cármen Lúcia moralize os gastos com diárias de viagens oficiais no STF, amplie a transparência e a previsibilidade das decisões do Judiciário e, acima de tudo, resgate o papel disciplinar do Conselho Nacional de Justiça, esvaziado sob a batuta de Lewandowski.

Desfrutando de sólida reputação no meio jurídico, a ministra suscita altas expectativas ainda por outro motivo: ela relatou o processo do ex-deputado federal Natan Donadon, condenado por desvio de dinheiro público e primeiro político a ter sua prisão determinada pelo STF desde a promulgação da Constituição de 1988.

Daí por que o ministro Celso de Mello se sentiu à vontade para, antes do discurso de Cármen Lúcia, proferir palavras duríssimas contra “os marginais da República, cuja atuação criminoso tem o efeito deletério de subverter a dignidade da função política e da própria atividade governamental”:

No plenário do Supremo, diversos figurões da política investigados ou processados por crimes contra o patrimônio público apenas ouviam, constrangidos. Que o recado da gestão Cármen Lúcia possa ir além do plano simbólico.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Fora da ordem

13 SET 2016

BRASÍLIA - A posse da ministra Cármen Lúcia virou um grande encontro de investigados e investigadores da Lava Jato. Seguindo o protocolo, a nova presidente do Supremo convidou os próceres da República para a solenidade. O plenário do tribunal ficou pequeno para tantos personagens do petrolão.

Do lado direito da ministra, sentou-se o senador Renan Calheiros, indiciado em oito inquéritos. Do esquerdo, o presidente Michel Temer, citado por ao menos três delatores. Outros alvos da operação, como os ex-presidentes Lula e José Sarney, circularam pela corte recebendo abraços e tapinhas nas costas.

Como ninguém aparentava constrangimento, coube ao ministro Celso de Mello instaurar algum desconforto no salão. Em discurso incisivo, ele criticou a “captura das instituições do Estado por organizações criminosas” e chamou os políticos corruptos de “delinquentes”, “marginais da República” e “indignos do poder”.

“Os cidadãos desta República têm o direito de exigir que o Estado seja dirigido por administradores íntegros, legisladores probos e juizes incorruptíveis”, disse. Ministro mais antigo do Supremo, ele afirmou que os “infiéis da causa pública” enfrentarão a “severidade das sanções criminais” e serão “punidos exemplarmente” por “práticas desonestas”.

Diante dos chefes dos Três Poderes, o procurador Rodrigo Janot proclamou a “falência do nosso sistema de representação política” e disse que “forças do atraso” tentam parar a Lava Jato. Ele pediu apoio para enfrentar o que chamou de “reação vigorosa do sistema adoecido”.

Em tom mais brando, Cármen Lúcia também deu seu recado ao cumprimentar “Sua Excelência, o povo” antes das autoridades. Ela disse que o país vive “tempos tormentosos” e, por um instante, pareceu comentar a presença dos investigados na festa. “Alguma coisa está fora da ordem”, disse, citando a música de Caetano Veloso. Os políticos ouviram tudo em silêncio.

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Lava Jato vai gerar onda de operações, dizem analistas

Modo de investigação deve ser replicado
em todo o país nos próximos anos

**Advogados criticam uso
de condução coercitiva
e prisões e veem abusos
contra o direito de
defesa dos investigados**

ANA ESTELA DE SOUSA PINTO
DE SÃO PAULO

Em oito Estados e no Distrito Federal, policiais saíram às ruas no início da semana passada para cumprir 127 mandados judiciais. Era a operação Greenfield (que investiga fundos de pensão), mas advogados, promotores e analistas reconheceram o DNA da Lava Jato — e o começo de uma onda de ações semelhantes que deve crescer.

“Haverá um desdobramento gigantesco de operações, inclusive nos âmbitos estaduais e municipais, que vai perdurar ao menos cinco anos”, prevê o ex-presidente da OAB do Paraná, Juliano Breda, que defende investigados na Lava Jato.

O fenômeno, que já é chamado de “novo normal” pelo cientista político Christopher Garman, diretor da Eurasia (maior consultoria americana para risco em mercados emergentes), se apoia num novo padrão de atuação.

Leis recentes como a de lavagem de dinheiro — que facilitou o bloqueio de bens — e a de organização criminosa — que regulamentou a delação premiada — fortaleceram instrumentos de investigação, diz o advogado Pierpaolo Bottini, que defende Dalton Avancini (ex-presidente da Camargo Corrêa e réu da Lava Jato), entre outros.

Acordos internacionais de colaboração também foram fundamentais, diz a procuradora regional da República Silvana Batini, professora da FGV-RJ, porque produziram mais provas documentais.

O modelo da Lava Jato que está sendo replicado usa forças-tarefa com membros de quatro instituições (Ministério Público, Polícia Federal, Corregedoria-Geral da União e Receita Federal).

Assim como na Lava Jato, a Greenfield recrutou especialistas — em mercado financeiro e fundos de pensão —, que agilizam a obtenção e a análise de documentos.

GARANTIAS EM RISCO

Mas também foram replicados o que advogados chamam de “ataques surpresa” — conduções coercitivas, prisões e apreensões que, segundo eles, põem em risco o di-

reito de defesa (veja quadro).

Desde março de 2014, foram determinadas na Lava Jato 177 conduções coercitivas, 87 prisões temporárias e 79 preventivas — 31 ainda em vigor. No total, foram investigadas até agora 331 pessoas.

No último dia 5, a Greenfield cumpria 34 mandados de condução coercitiva, 7 de prisão temporária e 106 de busca e apreensão.

Há motivo para se preocupar, opina o professor de ciência política da UFMG, Leonardo Avritzer. Para ele, investigadores estão propondo medidas que “claramente subvertem as garantias fundamentais no país”.

“O Brasil corre o risco de um apagão de legalidade”, diz o presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Fábio Tofic Simantob, defensor de executivos da empreiteira Engevix.

Alberto Toron, que defende o empresário Ricardo Pessoa, da UTC, afirma que prisões para forçar delações ficaram frequentes. “A pretexto de conferir maior eficácia à investigação, atropelam-se garantias do investigado.”

CONTINUA

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Procurados, representantes da força-tarefa não falaram até a conclusão desta edição. Sobre críticas de mesmo teor feitas em manifesto em janeiro, afirmaram que eram “acusações vagas”.

EXCESSOS NA MIRA

Para Garman, Breda e Toron, porém, a tendência é que o Judiciário assuma um papel maior para corrigir excessos.

Até o mês passado, 54 apelações (de várias ordens) chegaram ao STF, que deu 6 decisões favoráveis à defesa.

A mais citada é a do ministro relator da Lava Jato, Teori Zavascki, ao revogar a prisão preventiva de nove executivos (leia texto abaixo).

O voto de Zavascki toca em um ponto sensível: o de que a revogação da prisão fosse vista como sinal de impunidade. Apoiadores da força-tarefa incluem essa simbologia em seus cálculos. “O Brasil vive um problema gravíssimo de impunidade, portanto é preciso usar os instrumentos para mostrar efetividade”, diz o promotor e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção (Inac), Roberto Livianu.

“ Talvez não haja condições para repetir o sucesso da Lava Jato, mas haverá uma corrida para pegar essa onda

CHRISTOPHER GARMAN
diretor da consultoria Eurasia

Um desdobramento, gigantesco, vai durar ao menos cinco anos

JULIANO BREDA
ex-presidente da OAB do Paraná

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

13 SET 2016

POLÊMICAS DA LAVA JATO

Principais queixas de advogados e justificativas da Justiça e da força-tarefa*

DEFESA		INVESTIGADORES
Conduções coercitivas feitas sem intimação prévia	1	Mandados do juiz Sergio Moro em geral não detalham motivo. Procuradores dizem que conduções são forma "branda" de prisão temporária
Uso de conduções coercitivas para forçar depoimentos sem presença do advogado	2	Procuradores dizem que investigados podem se manter calados
Prisões preventivas sem indício concreto de tentativa de obstruir a investigação	3	Força-tarefa tem dito que prisões visam evitar interferência nas investigações e se justificam com provas sólidas
Prisões pedidas e denúncias propostas apenas com base em delações, sem provas	4	Procuradores afirmam que denúncias têm amparo em provas materiais
Vazamentos seletivos de documentos para prejudicar investigados ou terceiros	5	Força-tarefa nega repassar informações; procuradores dizem que é preciso aperfeiçoar controles para evitar vazamentos
Dificuldade de acesso a provas usadas no processo	6	Pedidos são negados pelo STF quando envolvem acordos de delação sob sigilo
Execração pública de réus, com exibição de fotos de seus prontuários na prisão	7	Em janeiro, em resposta a manifesto de advogados de defesa, procuradores afirmaram que acusações eram genéricas
Atitudes com motivos extraprocessuais, em geral políticos: divulgação de grampos de Lula e Dilma; tentativa de ampliar delações para alcançar mais partidos; preocupação com governabilidade	8	Sergio Moro nega motivações políticas; no caso dos grampos de Lula e Dilma, admitiu erro no "entendimento jurídico"

Pedidos de habeas corpus por tribunal**

Até agosto 2016

TRF4	237
STJ	162
STF	54

Resultados***

Até agosto de 2016

■ Decisão pró-acusação
■ Decisão pró-defesa

TRF4	212	12
STJ	141	0
STF	43	6

*manifestações nos autos e entrevistas desde jan.16 ** incluem recursos ordinários em habeas corpus *** dos casos julgados Fontes: Justiça Federal - PR, Operação Lava Jato

CONTINUA

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Tribunais mantêm 96% das decisões de Moro

Na discussão sobre quando se pode considerar que houve excesso, advogados e acusadores recorrem à decisão dos tribunais. A força-tarefa cita números. Até agosto, foram ajuizados 453 pedidos de habeas corpus e recursos, julgados 414 e, em 96%, mantidas as decisões do juiz Sergio Moro, mostra levantamento inédito.

Para os criminalistas, a estatística é simplista. “Não pode ser um flá-flu. Uma decisão confirmada não é uma vitória do MP, e uma revertida não é uma vitória da defesa”, afirma Juliano Breda.

“Os acertos têm que ser comemorados e os excessos, corrigidos.” A correção mais citada pelos advogados é a decisão do relator da Lava Jato no Supremo, Teori Zavascki, que libertou Ricardo Pessoa e outros oito executivos em abril de 2015.

Ela determina que a prisão preventiva requer provas de que é a única forma de impedir que investigados prejudiquem o processo.

SEM TEMPO DE REAÇÃO

Os advogados se queixam do que veem como abusos que escapam do crivo dos tribunais. O principal é a condução coercitiva —que, segundo eles, é usada para extrair depoimentos surpresa.

“Existe uma proliferação de conduções coercitivas que atinge de forma desproporcional o direito de defesa e



Wesley Batista, da JBS, após ser conduzido à sede da PF

tem sido a marca característica desse tipo de operação”, afirma Juliano Breda.

“É uma aberração, uma expressa violação da Constituição”, afirma José Roberto Batocchio, ex-presidente do conselho federal da OAB e defensor do ex-presidente Lula.

Alberto Toron diz que o procedimento “é no mínimo covarde, pois pega o acusado de surpresa, para obrigá-lo a falar sem que tenha conseguido organizar a defesa”.

O Código de Processo Penal prevê condução coercitiva “se o acusado não atender à intimação para (...) qualquer ato que, sem ele, não

possa ser realizado”.

Em 111 mandados até março de 2016, no entanto, nenhum conduzido havia sido intimado previamente, mostrou levantamento da **Folha**.

Para investigadores, a medida garante que provas não desapareçam e impede a elaboração de álibis falsos.

Em mandados, o juiz Sergio Moro não costuma detalhar motivos para a condução. Em 14 ocasiões, Moro discordava de pedidos de prisão feitos pela força-tarefa. Nesses casos, argumentou que haveria impacto menor do que o de outras medidas de “constrição”. (AESP)

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

Situação para imprensa é 'preocupante', afirma ANJ

Entidade aponta onda de violência em protestos

Fechado em 3 de agosto, o relatório anual da ANJ (Associação Nacional de Jornais) registrou queda nos atentados a liberdade de expressão (93) em relação aos picos de 2013 (153) e 2014 (135).

O resultado foi creditado à menor "violência contra profissionais no contexto das manifestações públicas".

Do dia 3 de agosto até o dia 8 de setembro, porém, foram registrados pela entidade 17 novos casos. Entre eles, ataques à sede da **Folha** e contra dois repórteres do portal de notícias UOL, empresa que faz parte do Grupo Folha.

Passado pouco mais de um mês, o quadro "alvissareiro", na descrição do relatório, foi substituído por outro, "muito preocupante", sobretudo devido aos ataques durante os protestos que se seguiram ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), tanto de manifestantes como de policiais.

"Estamos vendo de novo, nesses episódios recentes, ações de intolerância em relação aos jornalistas e às empresas", afirma Ricardo Pedreira, diretor-executivo da ANJ. "É deplorável que existam cidadãos que se voltam contra profissionais no exercício de sua função."

"Por outro lado, vemos também violência de policiais contra os jornalistas que estão na cobertura das manifestações", acrescenta.

Segundo ele, a ANJ "espera que no caso dos manifestantes, como já tem acontecido num caso ou noutro, as autoridades façam seu trabalho de apurar e encaminhar na forma da lei". E que "os policiais sejam mais bem preparados, para poder distinguir as situações e não prejudicar o trabalho dos jornalistas".

A ANJ descreveu ainda como "alarmante que membros do Poder Judiciário, inconformados com o teor (rigorosamente veraz) de reportagens, articulem uma série de ações em juizados especiais com o evidente intuito de punir e intimidar a prática do jornalismo de qualidade", referindo-se ao jornal paranaense "Gazeta do Povo".

13 SET 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LUZ, CÂMERA...

O depoimento, hoje, de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, ao juiz Sergio Moro é aguardado com expectativa nos meios jurídicos: na primeira convocação, ele ficou em silêncio. Agora, deve falar o que sabe sobre a acusação de que deu propina para o ex-senador Gim Argello evitar que empreiteiros fossem investigados numa CPI.

AÇÃO!

É esperado que Moro não apenas ouça como faça perguntas adicionais, sinalizando que tem disposição de ouvir o que Pinheiro tem a dizer sobre esta e várias outras denúncias que são investigadas na Operação Lava-Jato.

NO AR

Há o entendimento de que Moro, ao prender Léo Pinheiro pela segunda vez, criou uma situação que deixaria evidente que uma delação do executivo não pode ser jogada na lata do lixo. O executivo já se revelou disposto a entregar esquemas não apenas do PT e do PMDB como também do PSDB.

NA TERRA

A negociação da delação premiada de Pinheiro, no entanto, foi interrompida pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, sob o argumento e que seus termos vazaram para a imprensa. A decisão foi polêmica já que praticamente todas as outras delações também vazaram sem que Janot tivesse, na maioria dos casos, qualquer reação.

VAI...

O governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) foi de carona com o ministro Alexandre de Moraes (Justiça) em um jato da FAB (Força Aérea Brasileira) para a posse da ministra Cármen Lúcia como presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), nesta segunda (12). O senador José Aníbal (PSDB-SP) também estava no voo, que partiu do aeroporto de Congonhas.

...E VOLTA

Alckmin retorna nesta terça (13), após participar de uma reunião de governadores com a nova presidente da corte. Vai usar um avião de carreira, segundo sua assessoria.

QUARTO-CIRCUITO

O juiz federal Vallisney de Souza Oliveira autografa o livro "O Juiz e o Novo Código de Processo Civil" amanhã, às 18h, no espaço cultural do STJ, em Brasília.

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

Cunha tem mandato cassado e vai responder a Sergio Moro

Após 11 meses de processo, o plenário da Câmara dos Deputados cassou ontem à noite o mandato do ex-presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ) por “conduta incompatível ao mandato parlamentar”. Foram 450 votos pela cassação – 193 a mais do que o mínimo necessário –, 10 pela absolvição e 9 abstenções. Com a decisão, o processo contra Cunha por corrupção na Lava Jato será enviado ao juiz Sergio Moro.

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

Câmara cassa mandato de Eduardo Cunha, que perde foro privilegiado

Por 450 votos contra 10, peemedebista perde o cargo de deputado federal por quebra de decoro parlamentar e fica inelegível por oito anos, até 2027

BRÁSILIA
Catarina Scortecchi
Correspondente

Quase um ano depois de se tornar alvo de um pedido de cassação, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) perdeu o mandato na noite desta segunda-feira (12). O piacar foi o seguinte: 450 votos pela cassação, com dez contra e nove abstenções. Eram necessários 257 votos (maioria simples entre os 513) para cassá-lo.

Cunha estava em seu quarto mandato consecutivo como deputado federal. Com a decisão, ele fica inelegível por oito anos após o fim da atual legislatura, ou seja, até janeiro de 2027, quando ele terá 68 anos de idade.

Sem o mandato, o peemedebista também perde o foro privilegiado. Na prática, significa que os processos que tramitam contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF), relacionados à Lava Jato, devem seguir para o juízo de primeiro grau, ou seja, para as mãos do juiz federal Sergio Moro.

A sessão que terminou com a cassação do parlamentar começou às 19 horas, mas foi logo interrompida pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que alegava querer “mais quórum” para abrir o debate. Uma hora depois, com quase 400 parlamentares, a sessão foi reaberta. O primeiro a falar foi o relator do caso no Conselho de Ética, Marcos Rogério (DEM-RO), cujo parecer recomendava a cassação. Ele enfatizou que Cunha tem contas no exterior e que o peemedebista mentiu aos pares quando negou o fato, na CPI da Petrobras, daí a quebra de decoro parlamentar.

Enquanto o advogado dele, Marcelo Nobre, falava na tribuna, Cunha já estava no plenário aguardando a sua vez. Poucos parlamentares foram cumprimentá-lo. O ex-presidente da Casa ficou sozinho na maior parte do tempo e, ao subir na tribuna, fez um discurso agressivo, principalmente contra o PT.

Pagando um alto preço

“Eu estou pagando o preço por ter dado continuidade ao processo de impeachment [de Dilma Rousseff]. É o preço que estou pagando para o país se livrar do PT”, atacou ele que, ao longo dos seus quase 30 minutos de fala, foi interrompido por protestos de parlamentares, especialmente petistas.

Cunha disse que a grande maioria não tinha lido nenhuma página do seu processo e não estava interessada em

qualquer argumento. “É um processo de natureza puramente política.”

Apesar do tom agressivo, Cunha se emocionou durante sua fala. Ao mencionar a família e a possibilidade de sair definitivamente da vida pública, o peemedebista ficou com a voz embargada. Em um desses momentos, um político do plenário disparou com ironia: “Chora!”

Aliados de Cunha tentaram suspender a votação, sem sucesso. O destino do ex-presidente da Casa já estava selado.

PARANAENSES

Dos 30 deputados do Paraná, 27 estavam presentes: 25 votaram a favor da cassação e dois – Alfredo Kaefer (PSL) e Nelson Meurer (PP) – registraram “abstenção”. Outros 3 estavam ausentes na sessão: Takayama (PSC), Toninho Wandscheer (PROS) e Fernando Francischini (SD). Os dois últimos por motivo de saúde.

SUPLENTE

Dono de uma rede de shoppings populares no Rio de Janeiro, o suplente que deve assumir a vaga de Cunha na Câmara declarou em 2014 à Justiça Eleitoral ter R\$ 1,355 milhão “em espécie”. José Augusto Nalin (PMDB-RJ) recebeu naquele ano 31.281 votos – 13% dos votos dados a Cunha – e declarou patrimônio de R\$ 9 milhões.

CONTINUA

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONTINUAÇÃO

SUPREMO

O Supremo Tribunal Federal teve papel decisivo na cassação de Cunha ao negar ontem mais dois pedidos para suspender o processo na Câmara. O ministro Edson Fachin recusou pedido de liminar do deputado Wellington Roberto (PR-PB). A outra negativa foi da ministra Cármen Lúcia em recurso do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA).

FICHA CORRIDA

Saiba as denúncias que pesam sobre Eduardo Cunha na Justiça:

CONTAS NA SUÍÇA

Acusação

Recebimento de 1,3 milhão de francos suíços (R\$ 5,2 milhões) para viabilizar aquisição de campo de petróleo em Benin (África) pela Petrobras, em 2011. A propina teria abastecido contas secretas na Suíça, usadas, segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para bancar luxos da família de Cunha.

Situação

Cunha virou réu, por unanimidade, no dia 22 de junho de 2016.

ADVÍCIOS-SOMIA

Acusação

Recebimento de US\$ 5 milhões resultantes de contratos entre Petrobras, Samsung e Mitsui. Cunha é acusado de atuar para viabilizar a propina a políticos e pedir investigações sobre os pagadores na Câmara.

Situação

É réu na ação, acolhida por unanimidade pelo STF em março de 2016.

PORTO MARAVILHA

Acusação

Recebimento de cerca de R\$ 52 milhões das empreiteiras que atuavam na obra do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. Recursos seriam vantagens indevidas pela aquisição de títulos da prefeitura pelo Fundo de Investimentos do FGTS.

Situação

Denúncia foi oferecida no dia 10 de junho de 2016. STF ainda não decidiu se será acolhida. Deputado afirma que não recebeu vantagens indevidas e diz que a Procuradoria-Geral da República é seletiva em relação a ele.

Inquéritos

Apuram o uso do mandato para beneficiar aliados; há também um pedido de inquérito em sigilo.

Pedido de prisão

Feito pela Procuradoria-Geral da República ainda não foi avaliado pelo STF, que ouvirá a defesa de Cunha.

Ação de improbidade

Processo na Justiça Federal do Paraná ordenou o bloqueio de bens e a suspensão dos direitos políticos por dez anos; deputado recorreu.

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

Crítica à corrupção marca a posse de Cármem Lúcia na presidência do STF

“Homens e mulheres estão nas praças pelos seus direitos e pelo seus interesses. Quer-se um Brasil mais justo e é imprescindível que o construamos. Cansamos de sermos pais de um futuro que não chega nunca.”)

Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ministro Celso de Mello, decano da Corte, e Rodrigo Janot, procurador-geral da República, atacam a “delinquência” nos governos

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● Discursos contra a corrupção no país dominaram ontem a posse da ministra Cármem Lúcia como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O decano da Corte, ministro Celso de Mello, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, fizeram críticas à “delinquência governamental”. Os discursos foram ouvidos por uma plateia de políticos investigados na Operação Lava Jato, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) — sentado ao lado de Cármem —, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre Renan e o presidente da República, Michel Temer,

Cármem pulou os tradicionais cumprimentos às autoridades presentes e direcionou seu discurso à “Sua Excelência, o povo”. “Vivemos momentos tormentosos. Há que se fazer a travessia para tempos pacificados. Travessia em águas em revolta e cidadãos em revolta”, disse a nova presidente da Corte, a segunda mulher a assumir a função.

Ela também defendeu a necessidade de garantir justiça aos cidadãos.

No discurso de apresentação da nova presidente, Celso de Mello classificou o cenário atual como momento de “gravíssimos desafios”. Em longo e duro pronunciamento, ele afirmou que os fatos recentes revelam como se formou “no âmago do aparelho estatal e nas diversas esferas governamentais da Federação uma estranha e perigosa aliança entre determinados setores do Poder Público, de um lado, e agentes empresariais, de outro, reunidos em imoral sodalício com o objetivo ousado, perverso e ilícito de cometer uma pluralidade de delitos profundamente vulneradores

do ordenamento jurídico instituído pelo Estado brasileiro”.

Citando Ulysses Guimarães, o ministro afirmou que a corrupção é “o cupim da República” e que “não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube” é o primeiro mandamento moral.

O procurador-geral da República aproveitou seu discurso para defender o pacote de 10 medidas contra a corrupção, encaminhado ao Congresso pelo Ministério Público. Janot afirmou que a Lava Jato demonstra “cabalmente a falência do nosso sistema de representação”.

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



GAZETA DO POVO

MÍRIAM LEITÃO

13 SET 2016

Uma mulher na Corte

O Supremo Tribunal Federal passa a ser presidido por uma mulher pela segunda vez na história da Corte. Isso significa um passo a mais no esforço de se quebrar o espaço de poder quase que completamente masculino, mas não significa que ela deva ser cobrada ou elogiada por ser mulher. O que levou Cármen Lúcia ao posto é sua competência jurídica. Sua posse foi um ato político, pelos discursos e ambiente.

O presidente Michel Temer e o ex-presidente Lula ficaram na mesma sala antes de entrar no plenário. Lula chegou antes. Os dois sequer se olharam durante os minutos em que aguardaram o início da cerimônia. O discurso do ministro Celso de Mello deu o tom político. Fez uma longa e forte condenação da corrupção, com palavras contundentes. Atrás dele, estava o ex-presidente Lula. O discurso do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi na mesma linha, acrescentando a defesa das 10 medidas anticorrupção. O representante dos advogados também falou do tema, mas argumentando que não se pode aceitar provas de origem ilícita mesmo que de boa-fé. A Lava Jato estava presente o tempo todo, nas entrelinhas, ou em referências diretas.

A nova presidente foi republicana logo na lista de saudações. Quebrou o protocolo e primeiro fez homenagem à sua excelência o cidadão. Admitiu que ele, o cidadão, não está satisfeito com a Justiça. Usando a poesia de Cecília Meireles, Drummond e Guimarães Rosa defendeu uma Justiça mais eficiente.

Cármen Lúcia tem visão crítica de alguns dos benefícios que têm os juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores como auxílio moradia, por exemplo. Não está no momento disposta a abraçar a causa do aumento do Judiciário, como

fez o ministro Ricardo Lewandowsky. Em outro momento, talvez. Por outro lado, espere-se dela a defesa intransigente dos ritos e da independência da Justiça.

Em um fim de semana tormentoso da vida do país, o ministro Lewandowsky viajara para fora do Brasil, e ela ficou na presidência. Um integrante do alto escalão do governo Dilma lhe telefonou para dizer que ela não se preocupasse, porque qualquer urgência que houvesse eles poderiam recorrer ao ministro no exterior.

“A presidência do Supremo Tribunal Federal não viaja, por isso gostaria de informar que é a mim que devem recorrer. Exatamente pela conjuntura política eu cancelei até a viagem a Minas, e ficarei de plantão. Se houver qualquer problema vocês poderão me encontrar domingo no meu gabinete”, respondeu.

Ela assume em momento de extrema judicialização da política. A Segunda Turma do STF, sem Cármen Lúcia, pode ter outra tendência. Serão tomadas decisões cruciais, como o cumprimento da pena após a condenação em segunda instância. Quem julga é o pleno da Corte, mas ela presidirá, e o mundo jurídico está totalmente dividido sobre isso.

Sua posse é oportunidade para se entender um pouco mais da questão de gênero, tão desentendida. Certa vez, conversando sobre a obtusa e desatualizada decisão de nomear um ministério todo masculino, ouvi de um integrante do governo Michel Temer que o importante é o “mérito”. Fica parecendo então que não havia talentos ao alcance desse mérito.

CONTINUA

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Há um fenômeno bem conhecido que é a invisibilidade do grupo discriminado.

O mérito do ex-presidente Lula foi ver o talento de Cármen Lúcia e do ministro Joaquim Barbosa, como o ex-presidente Fernando Henrique viu o mérito de Ellen Gracie. Não é verdade que não haja mulheres com méritos, é que é preciso ter olhos de ver. Cada vez que uma mulher assume cadeira no comando do país, as mulheres dão um passo a mais no esforço coletivo para quebrar o monopólio exercido pelos homens desde sempre.

Em Espinosa, no sertão de Minas, onde Cármen cresceu, sua mãe Anésia plantava flores na quintal. Mas o tempo seco e o excesso de sol costumavam destruir todo o trabalho. Ela plantava novamente. Um dia "seu" Florival disse para a mulher que aquele trabalho incessante era inútil, já que a seca destruía suas flores. Ela respondeu: "Pois eu continuarei plantando, porque não tenho vocação para cultivar erva daninha." As flores da ministra Cármen Lúcia podem não prosperar, mas não se peça à filha de dona Anésia que ela cultive erva daninha.

DE PONTOS-CHAVE

- Posse da ministra Cármen Lúcia na presidência do STF foi uma cerimônia de tom político
- Decano da corte, Celso de Mello, e o procurador Janot fizeram fortes críticas à corrupção na política
- Várias das autoridades presentes são investigadas por corrupção, entre elas, o ex-presidente Lula

Para TC, Previdência não terá saldo para bancar aposentadorias em 2037

Henry Milleo/Gazeta do Povo

Dado integra material que embasa a análise das contas de Richa, marcada para hoje

| Euclides Lucas Garcia

● O Fundo de Previdência do estado do Paraná não terá saldo suficiente para pagar aposentados e pensionistas a partir de 2037. A análise é da 3.^a Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas (TC), responsável pela fiscalização da ParanaPrevidência. Segundo a inspeção, a insolvência da previdência estadual se dará devido ao fato de o Executivo não recolher a contrapartida patronal sobre os benefícios de inativos e pensionistas. A informação consta do material que embasa a análise das contas do governador Beto Richa (PSDB) em 2015, que serão votadas hoje pelo Pleno do TC.

Órgão responsável por administrar e pagar atualmente R\$ 643,2 milhões por mês a cerca de 112 mil pessoas, a ParanaPrevidência sofreu reformulações no ano passado, em meio à batalha campal do dia 29 de abril. Apesar de a legislação ter mantido a exigência de o poder público recolher sua contrapartida em montante igual ao arrecadado do funcionalismo, um decreto assinado por Richa um dia depois da aprovação pela Assembleia

Previdência do PR não poderá pagar aposentadorias em 2037, alerta TC



ParanaPrevidência sofreu reformulações no ano passado.

Legislativa desobrigou o governo do recolhimento dos mesmos 11% descontados dos benefícios de aposentados e pensionistas sobre o valor que supera o teto do INSS.

Segundo os técnicos do TC, ao fim de 2015, o Fundo de Previdência deveria apresentar um superávit atuarial de R\$ 61 milhões, conforme estabelecem as regras do plano de contribuição para o Estado e para os servidores. O cálculo, portanto, levou em conta R\$ 3,6 bilhões de receitas oriundas da contribuição patronal sobre a folha de inativos e pensionistas. No entanto, a 3.^a Inspeção aponta que, como o Executivo não recolheu sua contrapartida ao longo de 2015, há, na verdade, um déficit atuarial de R\$ 3,6 bilhões.

Nesse cenário, em 2037, o saldo financeiro do fundo será de R\$ 2,85 bilhões fren-

te a uma folha de benefícios calculada em R\$ 3,74 bilhões. Além disso, a ausência do recolhimento impedirá que, à medida que comece a diminuir a necessidade de aporte de recursos no Fundo Financeiro, projetada para 2031, o governo passe a transferir recursos suplementares em espécie ao Fundo de Previdência. Como resultado, haveria uma perda de receita futura estimada em R\$ 17,36 bilhões.

Num apanhado desses números, a reserva matemática projetada cairia para R\$ 29,05 bilhões, valor insuficiente para fazer frente aos benefícios futuros. Descontado desse montante, os R\$ 8,5 bilhões registrados em ativos pelo Fundo de Previdência ao final de 2015, chega-se a um déficit técnico da ordem de R\$ 20,54 bilhões.

CONTINUA

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Em justificativas à 3ª Inspeção de Controle Externo do TC, o governo afirma que não foram considerados na análise aportes adicionais previstos ao sistema previdenciário desde o ano passado, como o de R\$ 1 bilhão provenientes de royalties de Itaipu. Ressalta ainda que há forte correlação do problema previdenciário com o envelhecimento da população brasileira; e que a Parana Previdência tem posição de destaque entre regimes previdenciários estaduais e municipais, com patrimônio de R\$ 7,7 bilhões. Para os técnicos da 3ª Inspeção, porém, os argumentos não esclareceram as questões levantadas e buscaram apenas "desqualificar" a análise "sem argumentos sólidos".

13 SET 2016

GAZETA DO POVO

● LAVA JATO

Marcos Valério relata chantagem a Lula e petistas

● Marcos Valério (foto), condenado no mensalão e réu na Lava Jato, declarou ontem, em depoimento ao juiz Sergio Moro, em Curitiba, que o ex-tesoureiro do PT Silvio Pereira disse a ele que o ex-presidente Lula e os ex-ministros José Dirceu e Gilberto Carvalho foram “chantageados” pelo empresário Ronan Maria Pinto — que teria exigido deles R\$ 6 milhões para comprar o jornal *Diário do Grande ABC*.

Valério, que cumpre pena de 37 anos de prisão no mensalão, confirmou ter declarado à Procuradoria-Geral da República em 2012 que foi procurado para fazer “uma movimentação do dinheiro” supostamente destinado a Ronan. Segundo o criminalista Marcelo Leonardo, defensor de Valério, ele “chegou a assinar contratos, mas depois que soube das pessoas envolvidas na operação desistiu de participar da movimentação do dinheiro”.

Leonardo disse que Valério revelou a Moro que um ano depois ficou sabendo que a operação de repasse de dinheiro ao empresário do ABC foi efetivada via pecuarista José Carlos Bumlai no Banco Schahin.

**Angolano 'curitibano' vira exemplo
no futebol para cegos na
Paralimpíada**

• Fernando Rudnick

• [08/09/2016]

• [19h21]

Maurício Tchope Dumbo, 26 anos, desacreditou quando foi acordado por uma ligação de Fábio Vasconcellos, técnico da seleção brasileira de Futebol de 5 (para cegos), há pouco mais de uma semana.

Radicado em Curitiba desde 2001, o angolano que perdeu a visão por complicações do sarampo aos quatro anos de idade ainda não havia superado a decepção por ficar fora da convocação para a Paralimpíada do Rio de Janeiro. Ouviu, então, o inesperado.

CONTINUA

“Ele me perguntou se eu gostaria fazer parte do time na vaga de um atleta que foi cortado”, conta, por telefone, à **Gazeta do Povo**.

“Concordei na hora, mas depois que desliguei o telefone fiquei pensando que poderia ter sido um trote”, continua o ala, que se naturalizou com o objetivo de disputar a Rio-2016 pelo país que o acolheu.

Dumbo só entendeu quer seria um atleta paralímpico quando recebeu outra chamada, duas horas depois, com as instruções para pegar um voo no mesmo dia e se juntar à delegação. Só depois disso divulgou a novidade para os amigos e familiares.

“Não estava torcendo para alguém se machucar. Estava torcendo para que trouxessem o ouro. Foi até difícil voltar a acreditar que eu poderia estar lá [Paralimpíada]”, diz.

A convocação de última hora é o mais recente capítulo da surpreendente

trajetória do angolano. Pobre, cego e analfabeto, Dumbo desembarcou no Brasil aos 11 anos de idade graças a um programa de cooperação entre os dois países. Ao lado de outros 15 jovens deficientes visuais, teria os estudos custeados pelo governo de Angola, que vivia o final de quase três décadas de guerra civil.

Na capital paranaense, foi alfabetizado em braile no Instituto Paranaense de Cegos. Apesar de seu país natal também ser lusófono, teve de aprender a falar português. Em Benguela, sua cidade natal, só aprendeu o dialeto umbundu.

As dificuldades, contudo, apenas impulsionaram o africano. Neste ano, ele se formou em Direito. “É o primeiro de sua família a ter um diploma”, ressalta a angolana Isabel Tchicoco Yambi, 27, que chegou a Curitiba no mesmo grupo de Maurício e também concluiu o curso superior.

O sonho da graduação e a permanência no Brasil, porém, ficaram seriamente ameaçados por diversas vezes. O maior percalço, em 2014, foi quando o governo angolano cancelou o programa que bancava os estudos do grupo. Eles recorreram ao programa Caldeirão do Huck e conseguiram R\$ 30 mil ao participar do quadro 'Agora ou Nunca'.

A aparição na televisão ainda rendeu a Dumbo um emprego no Tribunal de Justiça do Paraná . Trabalho que divide seu tempo com o futebol. Ele passa dois finais de semana por mês em Canoas-RS, onde defende a Agafuc. No ano passado, foi eleito melhor jogador e artilheiro do último Brasileiro, com sete gols.

A medalha na Rio-2016, se vier, será angolana e curitibana. "Sou curitibano também. Está até no meu certificado de naturalização. O carinho e a ajuda do povo de Curitiba foi determinante para sair de onde sai e chegar onde cheguei".

13 SET 2016

FOLHA DE LONDRINA

Na posse de Carmen Lúcia, Mello dá recado a políticos

Gabriel Mascarenhas,
Mariana Haubert e
Bernardo Mello Franco
Folhapress

Brasília - A ministra Cármen Lúcia assumiu a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nessa segunda-feira (12). Segunda mulher a ocupar o posto - a primeira foi a ex-ministra Ellen Gracie, entre 2006 e 2008 - ela substituiu o ministro Ricardo Lewandowski. Entre os convidados, estavam o presidente Michel Temer, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney, o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), além dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG), José Agripino Maia (DEM-RN), e Eunício Oliveira (PMDB-CE). A convite da nova presidente, Caetano Veloso cantou o hino nacional, no início do evento, sentado num banco no plenário do Supremo.

Coube ao decano da Casa, ministro Celso de Mello falar em nome dos seus pares. Na presença de políticos investigados pela Operação Lava Jato, como Renan e Sarney, ele fez um enfático discurso contra a corrupção e classificou quem comete crimes contra o erário como marginais da República. "O fato indiscutível é que se impõe repelir qualquer tentativa de captura das instituições do Estado por organizações criminosas constituídas para dominar os meca-

nismos de ação governamental, em detrimento do interesse público e em favor de pretensões inconfessáveis[...]", afirmou.

Em seu discurso de posse, Cármen Lúcia afirmou que o "cidadão brasileiro não há de estar satisfeito hoje com o poder Judiciário". Segundo ela, o "juiz também não está". "Talvez estejamos vivendo tempos mais difíceis. Talvez, porque também cada geração tenha a ilusão e um pouco de soberba de achar que o seu é o maior desafio. Mas é certo que se modificaram na raiz os paradigmas antes adotados, exauriram-se os modelos estatais antes aproveitados. O sonho de ser feliz e de viver numa sociedade justa é o mesmo, o de sempre. Alguma coisa está fora de ordem", disse.

Segundo ela, vivemos hoje tempos tormentosos e há que se fazer a travessia para tempos mais pacificados. Cármen Lúcia disse que nosso tempo exige maior cuidado, "prudência pra saber ouvir, entender e coragem pra enfrentar o que precisa ser mudado, respeitado, a despeito de interesses".

A presidente do STF afirmou que a luta pela justiça parece mais firme, "fruto, no caso brasileiro, da experiência democrática". Ela reconheceu, no entanto, ser de "inegável gravidade e difícil

solução rápida" o julgamento em prazo razoável de processos multiplicados.

Para Cármen Lúcia, a transformação há de ser conseguida em benefício exclusivamente do jurisdicionado. "No que o Judiciário não deu certo, há de se mudar", disse, acrescentando que o momento parece ser de travessia e afirmando que as dificuldades do atual momento exigem mais coragem. Ela destacou que o cidadão quer sossego para andar nas ruas do País, com segurança e citou trecho da música: "Ninguém quer só comida, a gente também quer diversão e arte".

Nos dois primeiros julgamentos sob a condução da nova comandante, na quarta e na quinta-feira, o plenário decidirá, por exemplo, se o Estado é obrigado a fornecer medicamento de alto custo a portador de doenças graves e se mulheres têm direito a 15 minutos de descanso antes das horas extras.

Cármen Lúcia deu dois recados objetivos: quer ser chamada de presidente, em vez de "presidenta", e não está interessada em diversão.

Também nessa segunda, o ministro Dias Toffoli foi empossado vice-presidente da corte. Ele vai substituir Cármen a partir de 2018. A presidência do Supremo é ocupada pelo ministro mais longevo que ainda não assumiu o posto. (Com Agência Estado)

A ministra Cármen Lúcia, entre Renan Calheiros e Michel Temer, deu um recado ao assumir o posto: quer ser chamada de presidente

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDÍO HUMBERTO

“

A corrupção traduz um gesto de perversão da ética do poder.)

13 SET 2016

Ministro Celso de Mello (STF), na posse de Cármen Lúcia na presidência do Supremo

Na prática, Dilma fica inelegível por oito anos

Dilma ficará mesmo inelegível por 8 anos, mas não por deliberação do Supremo Tribunal Federal. No exame de “caso concreto”, uma ação civil pública será suficiente para anular a nomeação da ex-presidente para um cargo público ou o eventual registro de uma candidatura, afirmam ministros do STF ouvidos pela coluna. Juízes aplicam a Constituição, que vincula a perda do cargo à perda de direitos políticos.

Está escrito

O artigo 52 da Constituição, ignorado pelo Senado no julgamento de Dilma, determina inelegibilidade de presidente que sofre impeachment.

Recursos no lixo

O STF decidiu ignorar as ações contra o “fatiamento”: não é instância de recurso para o impeachment, tema exclusivo do Poder Legislativo.

Oito anos fora

Se Dilma quiser se candidatar, a Justiça de 1º grau poderá enquadrá-la na Lei Ficha Limpa, que inabilita gestores públicos condenados.

Uma coisa é uma coisa

O STF não analisará o julgamento, ainda que não se conheça um único ministro que aprove o conchavo para preservar os direitos de Dilma.

Demissão na AGU estava decidida desde junho

Michel Temer decidiu demitir Fábio Medina da Advocacia Geral da União (AGU) em 4 de junho, após bizarrices como a “carteirada” para usar jato da FAB. O presidente mandou Eliseu Padilha (Casa Civil) sondar para o cargo o ex-presidente da OAB Marcos Vinícius Furtado Coelho, que declinou. Como já havia crise de sobra, com a saída dos ex-ministros Romero Jucá (Planejamento) e Fabiano Silveira (Transparência), ele adiou a demissão para depois do impeachment.

Só bola fora

Temer também se irritou quando Medina quis ter acesso à Lava Jato, fazendo parecer interesse do governo de “monitorar” as investigações.

13 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ NAS MÃOS DA JUSTIÇA

Polícia finaliza
inquérito sobre a
morte do soldado
Rodrigo Federizzi
e a esposa dele
se torna ré

Lucas Sarzi
lucas@tribunadoparana.com.br

A Justiça aceitou a denúncia contra Ellen Homiak da Silva. A partir dessa decisão, que saiu na semana passada, mas só foi confirmada ontem, a prisão da ex-mulher do soldado da Polícia Militar Rodrigo Federizzi, foi convertida de temporária para preventiva e ela continua detida até a data do julgamento, que ainda não foi definida.

O inquérito policial, feito pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), já foi finalizado. O documento aponta que os policiais confirmaram a suspeita inicial, de que Ellen teria agido sozinha.

De todos os pontos divergentes nos depoimentos de Ellen, apenas um deles não foi esclarecido: a arma usada no crime, que seria a pistola do soldado, não foi encontrada. Ellen diz ter jogado no rio. Além disso, o delegado-titular da DHPP, Fábio Amaro, explicou que faltam dois documentos a serem acrescentados ao inquérito, que são a análise dos dados da quebra do sigilo telefônico e bancário.

No dia 25 de agosto, a DHPP fez a reconstituição do crime, que busca, entre outros objetivos, sanar dúvidas sobre como teria sido a atuação de Ellen no dia do assassinato do então marido Rodrigo Federizzi.

Com a decisão da Justiça, Ellen continua detida na Penitenciária Estadual Feminina de Piraquara. Ela deve ser julgada por falsa comunicação de crime e homicídio qualificado, além do crime de destruição e ocultação de cadáver.

CONFISSÃO

Confessou o crime

Ellen Homiak confessou ter matado o soldado Rodrigo Federizzi depois que parte do corpo dele foi encontrado em Araucária, em 14 agosto. Ela foi presa quatro dias antes, suspeita de participação no crime, depois de um cumprimento de mandado de busca e apreensão no apartamento do casal, num condomínio no bairro Tatuquara. Dois dias depois de parte do corpo ser encontrada em Araucária, Ellen apontou para os policiais da DHPP onde estavam enterradas as pernas do soldado e passou a ajudar os policiais no rumo das investigações, mas os policiais encontraram falhas nos depoimentos. A mala usada para carregar o corpo de Rodrigo, que Ellen dizia ter queimado, e a aliança, que ela dizia ter sido roubada durante um assalto, foram localizadas.

13 SET 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

POSSE

O presidente Michel Temer participou na tarde de ontem da cerimônia de posse da ministra Cármen Lúcia na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Temer chegou junto com a ministra e com o ministro Ricardo Lewandowski, que deixou a presidência da Corte. Também comporam a mesa os presidente do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Rodrigo Maia, além do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Diversas autoridades estiveram presentes da cerimônia, inclusive os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney.

IMPEACHMENT

Ao negar seis pedidos de medida liminar que queriam suspender a habilitação da ex-presidente Dilma Rousseff para o exercício de funções públicas, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber alegou que a 'mera especulação' na imprensa quanto a eventuais cargos oferecidos à petista não prejudica a análise que a Corte fará sobre o tema. Na última sexta-feira, 9, Rosa Weber negou seis pedidos de medida liminar, que haviam sido feitos em mandados de segurança feitos por partidos e políticos diversos.

13 SET 2016

BEMPARANÁ

Bloqueio

A Vara da Fazenda Pública de Porecatu acatou pedido do Ministério Público e determinou o bloqueio dos bens do prefeito de Prado Ferreira (Norte-Central), Dirceu da Silva Alves (PMDB) e um assessor jurídico do município. Ambos são acusados de improbidade administrativa. Segundo as investigações do MP, o assessor prestou serviços particulares ao prefeito, atuando em demandas nas quais não havia participação do município e, inclusive, defendendo o prefeito em causas contrárias aos interesses da prefeitura. Os bens dos réus foram bloqueados até o valor de R\$ 30.600,00.

Fantasma

Também a pedido do MP, a Justiça bloqueou os bens do prefeito de Paranaguá, Edison Kersten (PMDB), da ex-secretária municipal de Administração e Recursos Humanos (atual secretária de Meio Ambiente), Adriana Maia Albini, e de uma ex-servidora comissionada. Os três são acusados pela promotoria de improbidade administrativa. Segundo o MP, o prefeito teria nomeado a servidora comissionada para trabalhar em seu gabinete, mas ela jamais teria desempenhado a função, figurando como "funcionária fantasma" entre setembro de 2015 e março de 2016. Na ação, os promotores pedem a devolução de R\$ 24 mil.

13 SET 2016

Posse-

BEMPARANÁ

Cármem Lúcia vê descrédito da Justiça

A nova presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, afirmou ontem em seu discurso de posse, que o "cidadão brasileiro não há de estar satisfeito hoje com o poder Judiciário". Segundo ela, o "juiz também não está". "Talvez

estejamos vivendo tempos mais difíceis. Talvez, porque também cada geração tenha a ilusão e um pouco de soberba de achar que o seu é o maior desafio. Mas é certo que se modificaram na raiz os paradigmas antes adotados, exauriram-se os modelos estatais

antes aproveitados. O sonho de ser feliz e de viver numa sociedade justa é o mesmo, o de sempre. Alguma coisa está fora de ordem", disse.

Segundo ela, vivemos hoje tempos tormentosos e há que se fazer a travessia para tempos mais pacificados. Cármem

Lúcia disse que nosso tempo exige maior cuidado, "prudência pra saber ouvir, entender e coragem pra enfrentar o que precisa ser mudado, respeitado, a despeito de interesses", disse. "No que o Judiciário não deu certo, há de se mudar", defendeu.

13 SET 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Combate à corrupção marca posse de Cármen Lúcia



O combate à corrupção marcou a tônica dos discursos dos representantes da classe jurídica durante a cerimônia de posse da nova presidente do Superior Tribunal Federal (STF), *Carmen Lúcia* (foto), nesta segunda-feira (12). O tema dominou a maior parte do tempo de fala dedicado aos representantes das três classes do direito: juízes, procuradores e advogados.

Coube ao decano do STF, ministro Celso de Melo, o papel de se expressar em nome dos ministros do Supremo. Ele abriu seu discurso dando destaque ao fato de uma mulher presidir, pela segunda vez, um dos três poderes, contribuindo assim para superar a "domi-

nação patriarcal", anacrônica e incompatível com os valores da República, em prol de um modelo social que repudia a discriminação de gênero e a intolerância de qualquer tipo. ●

Agência Brasil



13 SET 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Marcos Valério diz que teme pela própria vida

 O empresário e publicitário Marcos Valério alegou temer pela própria vida ao se negar a responder uma pergunta durante depoimento na 13ª Vara Federal de Curitiba. Réu da 27ª fase da Operação Lava Jato, ele falou durante pouco mais de uma hora ao juiz Sérgio Moro e a promotores do Ministério Público Federal (MPF) na tarde de ontem (12).

Essa etapa da operação investiga um empréstimo do pecuarista José Carlos Bumlai junto ao Banco Schahin que teria como beneficiário o PT. O MPF acredita que parte do dinheiro foi utilizado pelo partido para pagar o empresário Ronan Maria Pinto, dono do jornal Diário do Grande ABC. Ele estaria chantageando líderes da sigla porque tinha informações que ligavam integrantes do partido à morte do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel. ●

13 SET 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cármem Lúcia toma posse como presidente do STF

Com mandato de dois anos,
a ministra sucede a Ricardo Lewandowski

A ministra Cármem Lúcia tomou posse ontem na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Com mandato de dois anos, a ministra sucede a Ricardo Lewandowski. O novo vice-presidente é o ministro Dias Toffoli.

A sessão começou com atraso de meia hora e teve cerca de 2 mil convidados.

Estiveram presentes o presidente Michel Temer, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que compõem a mesa de honra, além de outras autoridades. Esta é a primeira vez que Lula comparece a uma posse no Supremo após deixar a presidência da República. Lula foi o responsável pela nomeação de sete dos atuais ministros do STF.

A cerimônia foi aberta com o cantor e compositor Caetano Veloso interpretando o Hino Nacional. Em seguida, os ministros prestaram juramento à Constituição.

Empossados, Cármem e Toffoli receberam os cumprimentos dos convidados e dos membros da Corte. Antes do encerramento, Cármem Lúcia fez um discurso.

Na posse, Cármem Lúcia quebrou o protocolo do Supremo e não houve a tradicional festa de recepção aos convidados, bancada por associações de magistrados em todas as posses de ministros da Corte. Na semana passada, ao participar da última sessão na Segunda Turma, Cármem Lúcia disse que não gosta de festa, mas de processo.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fachin nega pedido de Cunha para suspender votação de sua cassação

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, negou o pedido de liminar do deputado federal Eduardo Cunha que pedia a suspensão do processo na Câmara que pode levar à cassação de seu mandato. A sessão está marcada para as 19h desta segunda-feira (12/9).

Na tentativa de evitar sua cassação, o ex-presidente da Câmara ingressou com um Mandado de Segurança na sexta-feira (9/9). Com base no fatiamento do impeachment de Dilma Rousseff, Eduardo Cunha pediu que o Plenário da Câmara não vote o parecer aprovado no Conselho de Ética, mas um projeto de resolução, o que permitiria a criação de emendas e destaques e uma punição mais branda. No pedido de liminar, Cunha tentou suspender o processo até o julgamento o mérito da ação. A liminar, contudo, foi negada pelo ministro Edson Fachin, que pediu informações à Câmara sobre os procedimentos adotados no processo de cassação.

No processo de impeachment, o Senado, presidido pelo presidente do STF Ricardo Lewandowski, permitiu a apresentação do destaque que pediu o fatiamento da votação, votando em separado as penas de perda do cargo e inabilitação de exercer função pública.

No Mandado de Segurança o ex-presidente da Câmara dos Deputados lembrou que o ministro Lewandowski, durante o julgamento de Dilma, afirmou que é possível a apresentação de destaques para “prestigiar os direitos subjetivos dos parlamentares, que podem esperar que o regimento seja cumprido tal com ele está redigido”.

13 SET 2016